



Índice

- 01** Audiência pública discutirá terras indígenas
- 02** Guerra entre fazendeiros e indígenas pode ter fim em MS
- 03** MMA apoia oficina com povos indígenas da Bacia do Rio Doce
- 04** Comissão discute leilão de petróleo em terras indígenas e unidades de conservação
- 05** Ônibus escolar indígena é queimado em Miranda
- 06** Confira a história de Elenir, servidora da Casa de Saúde Indígena do DF
- 07** Indígenas declaram guerra à Usina Tabajara em Rondônia
- 08** Padre Ton pede atenção para a saúde do povo Cinta Larga
- 09** Ka'apor buscam sustentabilidade com auxílio da pesquisa científica
- 10** Rotas dos Baobas, Quilombo Cafundó em Salto de Pirapora SP
- 11** TO – Inquérito sobre acidente que vitimou indígenas é encaminhado à Justiça federal
- 12** A realidade por trás do “conflito entre pequenos” na Terra Indígena Rio dos Índios
- 13** Supostos atiradores contra indígenas se apresentam à Polícia Civil
- 14** MPF-CE assina termo que assegura instalação de reserva indígena
- 15** Índios ameaçam guerra contra exploração de petróleo e gás no Vale do Javari
- 16** Petrobras vai explorar gás a 10 metros de terra indígena



- 17** MPF assina termo que assegura implantação de reserva indígena no Ceará
- 18** Índio votará em índio nas eleições de 2014
- 19** Luiza Ribeiro e lideranças indígenas reivindicam moradia
- 20** Minuta da portaria com novas regras para demarcações é entregue a parlamentares
- 21** Audiência da Câmara repudia violação aos povos indígenas na exploração de gás
- 22** Portaria 303/2012 da AGU: é hora de revogar!
- 23** Novas regras para demarcação de terras indígenas devem sair segunda-feira
- 24** Governo tira poder da Funai em demarcação de terra
- 25** Indígena de 73 anos é encontrada morta na Aldeia Bororó
- 26** Força-tarefa do MPF/AP vai agilizar processos de Quilombola
- 27** Dilma tenta reforçar discurso ambiental com fundo de compensação para índios
- 28** Dilma intervém para evitar guerra envolvendo índios e fazendeiros no MS
- 29** Julgamento da titulação de territórios quilombolas é iniciado
- 30** A luta e a resistência da Comunidade Invernada Paiol de Telha
- 31** Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos promove encontro de quilombos
- 32** Na véspera do prazo final, Força Nacional intervém em conflito indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

Audiência pública discutirá terras indígenas
SÍTIO TUDO RONDÔNIA 2013, 28.11.2013

A audiência pública deverá ser marcada para o próximo dia 11 na Câmara dos Deputados

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou hoje o requerimento nº 500/2013, de autoria do deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS), que requer uma audiência pública para debater as crescentes demarcações de terras indígenas do País. "A ideia é fazer grande uma mobilização nacional sobre o assunto. Temos casos em todo o Brasil de terras indígenas que precisam ser dialogadas", disse o parlamentar gaúcho.

O deputado federal Amir Lando (PMDB-RO), que é membro titular da comissão, defendeu a realização da audiência ainda este ano. Na visão do parlamentar a questão indígena deve ser repensada. "Precisamos refletir e saber o que é o índio hoje. Será que ele ainda quer apito ou ele deseja o conforto, bem estar e todos os benefícios da civilização?", questionou. O deputado disse também que o habitat natural do índio de 30 anos atrás não existe mais. "O indígena não quer viver na época da pedra lascada, sem proteção contra uma selva perigosa, que mata. Se nós queremos salvar os índios, precisamos repensar como vamos oferecer o mínimo de sobrevivência digna e humana", disse.

A audiência pública deverá ser marcada para o próximo dia 11 na Câmara dos Deputados.



Guerra entre fazendeiros e indígenas pode ter fim em MS

SÍTIO APORTE NEWS, 28.11.2013

Documento contendo propostas para acabar com o conflito por terras em Mato Grosso do Sul foi entregue nesta quinta-feira (28) pelo governador André Puccinelli (PMDB) ao assessor especial do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga. O documento, assinado por representantes do governo, Assembleia Legislativa, Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul), Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária), Acrissul (Associação dos Criadores) e Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul), é resultado da reunião que aconteceu ontem (27), a portas fechadas, no gabinete de Puccinelli.

Dele, constam duas propostas básicas a serem encaminhadas à presidente Dilma Rousseff: aquisição de terras não indígenas por meio de desapropriação pela União, por interesse social ou aquisição de terras em conflito, ou judicializadas, por meio de aporte financeiro, por parte da União, para o FEPATI (Fundo Estadual de Terras Indígenas).

Terceira vice-presidente da Assembleia Legislativa, a deputada Mara Caseiro (PTdoB) explicou que a primeira proposta nada mais é do que uma reforma agrária indígena, defendida por ela desde o início do mandato.

“Sempre defendi que a destinação de terras para os povos indígenas seguisse os mesmos moldes da reforma agrária tradicional, uma vez que os índios não precisam só de terra, mas de estrutura e apoio para produzir e sustentar suas famílias”, afirmou.

Ainda de acordo com a deputada, que participou ontem da reunião na governadoria, a segunda proposta prevê que o governo do Estado repasse mensalmente ao FEPATI parte da verba que deveria ser destinada ao pagamento da dívida com a União.

Mara Caseiro explicou que o governo do Estado paga hoje cerca de R\$ 70 milhões à União para amortização da dívida. Pelo menos R\$ 50 milhões desse montante deixariam de ser repassados ao governo Federal e seriam destinados para a aquisição de terras.

No documento, as partes interessadas também pedem uma audiência urgente com a presidente da República, Dilma Rousseff, na tentativa de encontrar soluções para o conflito no campo.

Marcelo Veiga recebeu o documento e se comprometeu em levar as reivindicações à presidente e agendar um encontro o mais breve possível em Brasília. Ele também deve aproveitar sua passagem por Mato Grosso do Sul para visitar as áreas de conflito.



MMA apoia oficina com povos indígenas da Bacia do Rio Doce

SÍTIO JORNAL BRASIL, 28.11.2013

Encontro proporciona troca de experiências sobre água, formação para atuação na gestão dos recursos hídricos e planejamento ambiental

Acontece a partir desta quarta-feira (27/11) até sábado (30/11) a oficina formativa "Gestão de Águas em Terras Indígenas", no município de Aimorés, Minas Gerais. Organizada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai), com apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o encontro proporciona troca de experiências sobre água, formação para atuação na gestão dos recursos hídricos e planejamento de ações operacionais de recuperação ambiental, entre outros.

A oficina acontece no Instituto Terra, reunindo os Krenak (Watu, Atorã, Nakrehé e Naknenuk) e outras duas etnias indígenas que habitam o território da Bacia do Rio Doce, os Pataxó e os Tupiniquim. Além das vivências compartilhadas, o processo de aprendizagem tem como base a Lei de Águas, o Plano Integrado da Bacia do Rio Doce e a nova Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

CONTEXTO

Instituída em junho de 2012 pelo Decreto nº 7747, a PNGATI também trata, entre outros temas, da proteção hídrica (promover ações de proteção e recuperação das nascentes, cursos d'água e mananciais essenciais aos povos indígenas) e da governança e participação indígena na gestão de águas (apoiar a participação indígena nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas e promover a criação de novos comitês em regiões hidrográficas essenciais aos povos indígenas).

A bacia hidrográfica do rio Doce apresenta uma significativa extensão territorial, cerca de 83.400 km², dos quais 86% pertencem a Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo. Abrange, total ou parcialmente, áreas de 228 municípios, sendo 202 em Minas Gerais e 26 no Espírito Santo e possui uma população total da ordem de 3,1 milhões de habitantes.

O Rio Doce, com uma extensão de 853 km, tem como formadores os rios Piranga e Carmo, cujas nascentes estão situadas nas encostas das serras da Mantiqueira e Espinhaço, onde as altitudes atingem cerca de 1.200 m. Seus principais afluentes são: pela margem esquerda os rios Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí Grande, em Minas Gerais, Pancas e São José, no

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

Espírito Santo; pela margem direita os rios Casca, Matipó, Caratinga-Cuieté e Manhuaçu, em Minas Gerais, e Guandu, no Espírito Santo.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) é um comitê interestadual de integração, de rio de domínio da União. Com 55 membros, o é considerado de integração, em virtude de incluir representantes dos seis comitês estaduais de Minas Gerais (Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu) e três do Espírito Santo (Guandu, Itapemirim e Santa Maria do Doce), que integram o seu território de atuação. O CBH-Doce possui um Plano de Integração da Bacia e já implantou a Cobrança pelo Uso da Água, que em 2012 arrecadou R\$ 10,2 milhões.

Fonte: Ascom do MMA



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

Comissão discute leilão de petróleo em terras indígenas e unidades de conservação
SÍTIO GVCES, 28.11.2013

Direitos Humanos

A Comissão de Legislação Participativa, com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, faz audiência pública hoje, às 9h30, para discutir o leilão de blocos de petróleo e gás sobrepostos a terras indígenas e unidades de conservação.

O evento foi solicitado pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). Ela afirma que a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) viola os direitos dos povos indígenas na oferta dos blocos de petróleo em leilão. "A ANP oferece blocos para leilão em áreas sobrepostas às terras indígenas sem sequer indicá-las nos mapas", diz Janete Capiberibe.

"Sem qualquer comunicação oficial, os povos indígenas afetados, com raras exceções, não têm conhecimento sobre os blocos ofertados pela ANP e, conseqüentemente, não têm oportunidade de discutir e se manifestar a respeito dos impactos das atividades de exploração e produção sobre seus territórios ou em áreas contíguas a eles", acrescenta a parlamentar.

Convidados Foram convidados para discutir o tema com os parlamentares:

a coordenadora-geral de Licenciamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Janete Albuquerque de Carvalho;

o coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai, Carlos Lisboa Travassos;

o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Jader Comapa Franco;

o coordenador adjunto do Centro de Trabalho Indigenista, Conrado Octávio;

o presidente da Organização Geral dos Mayuruna, Povo Matsés (Mayoruna) e Terra Indígena Vale do Javari (AM), Raimundo Mean Mayuruna; e

o representante da Comissão Guarany Yvyrupá, povo Guarani Mbya, na região de Guaíra (PR), Ilson Soares.

A audiência ocorrerá no Plenário 3.

Da Redação/MR

Ônibus escolar indígena é queimado em Miranda

SÍTIO JL NEWS, 28.11.2013



Indígenas de Miranda acusam um grupo de fazendeiros de terem ateado fogo num ônibus escolar, destinado ao transporte de crianças e adolescentes indígenas da Aldeia Cachoeirinha. Conforme o registro da ocorrência, o veículo estava parado na frente da casa do motorista, ação ocorreu nesta manhã (28), apesar da indicação dos indígenas, nenhum nome foi apontado pelo crime.

Segundo as informações do Conselho Indígena Missionário (CIMI), que divulgou o ato para a imprensa, o motorista do coletivo telefonou para o cacique da aldeia informando o

acontecido e ao mesmo tempo garantindo que não tinha nenhum inimigo ou desavença com alguém da região.

Conforme o depoimento do cacique Adilson Terena ao CIMI, os nativos de Miranda estão sendo ameaçados por um grupo de fazendeiros, grande parte deles teve a propriedade rural invadida pelos índios, com a aproximação do prazo final para o acordo pacífico entre Governo Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai), fazendeiros e indígenas, tais ameaças teriam se intensificado na região do Pantanal.

Em 4 de junho de 2011 um ônibus que transportava cerca de 30 estudantes indígenas da etnia Terena, entre 15 e 17 anos, foi atacado com pedras e coquetéis molotov. Na ocasião, seis pessoas, incluindo o motorista, sofreram queimaduras, outras quatro foram internadas em estado grave e uma estudante, Lurdesvoni Pires, de 28 anos, faleceu em decorrência das queimaduras. Na época, lideranças Terena creditaram o ataque a fazendeiros da região, no contexto da disputa pela demarcação das terras indígenas.

Ainda na declaração do cacique, o atentado ao coletivo pôs medo nas crianças da aldeia. "Diante do que já aconteceu, e diante dessas ameaças do dia 30, estamos muito preocupados. Esperamos que dessa vez isso tudo seja realmente investigado", disse.

Recentemente, um representante da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) declarou aos deputados federais e senadores sul-mato-grossenses que se nada for feito poderá haver um verdadeiro massacre no Pantanal.



Confira a história de Elenir, servidora da Casa de Saúde Indígena do DF
SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 28.11.2013



"A saúde indígena é a minha vida, as duas se confundem". A afirmação da chefe da Casa de Saúde Indígena (Casai) do Distrito Federal (DF), Maria Elenir Neves Coroaia, não é exagero para demonstrar que ela ama o que faz. São 51 anos de vida, 34 deles dedicados à área. Nascida na terra indígena Ligeiro, no Rio Grande do Sul (RS), aos 17 anos, Elenir participou "sem expectativa porque nem sabia o que era" da seleção para o curso de formação de monitor de saúde. De lá, foi trabalhar na terra indígena Nonoai e, desde então, passou a atuar na saúde indígena.

Elenir é indígena, da etnia Kaingang, e viveu até os 25 anos em aldeias. "Quando fiz o curso de formação entrei em conflito, porque era a visão ocidental. Não havia um preparo para trabalhar no contexto observando as práticas e os cuidados da medicina tradicional indígena", lembra. Uma realidade que inclui pajés, parteiras, rezadeiras/benzedadeiras, raizeiros.

Com a transferência da responsabilidade pelas ações de saúde indígena, até 1999 delegada à Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Elenir passou a integrar o quadro de servidores do Ministério da Saúde (MS). Em 2006, ela veio para Brasília para trabalhar no Departamento de Saúde Indígena da Funasa. "Trabalhei em aldeia e em um Polo Base para recebimento de pacientes de média e alta complexidade. Senti necessidade de me mudar para a capital do país para compreender os processos da saúde indígena. A intenção era, em dois anos, ir para o Norte trabalhar com mulheres indígenas, mas acabei ficando", recorda Elenir. Com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), em outubro de 2010, ela optou mudar-se para a secretaria.

Graduada em assistência social e participante da primeira turma do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas da Universidade de Brasília (UnB), em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

janeiro, Elenir defendeu a dissertação de mestrado "Reflexões sobre as práticas Kaingang de cuidados com a gestação, parto e pós-parto e suas interfaces com o sistema oficial da saúde". O tema é baseado na história de vida de Elenir, de outras mulheres e no trabalho desenvolvido por ela na terra indígena Ligeiro. Com o estudo, a proposta é buscar políticas públicas para melhorar o atendimento.

Na próxima semana, ela participará da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI). "A CNSI é um momento democrático e participativo muito rico, onde estão reunidos representantes indígenas, trabalhadores e gestores para repensar o subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Dessa conferência devem sair propostas muito interessantes para a construção de novas diretrizes para reformulação ou aprimoramento que vão qualificar a atenção à saúde indígena", observa Elenir.

*Comunicação Interna do MS



Indígenas declaram guerra à Usina Tabajara em Rondônia

SÍTIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 28.11.2013

A quarta hidrelétrica na bacia do rio Madeira, prevista no Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC) para iniciar as obras no ano que vem e atualmente em licenciamento ambiental, segundo a assessoria da Aneel, é alvo de uma declaração de guerra de populações indígenas de Rondônia.

A reportagem é de Liège Albuquerque, publicada no portal Amazônia Real e reproduzida pelo blog Combate Racismo Ambiental.

Em encontro realizado no fim de outubro, em Humaitá (a 592 quilômetros de Manaus), lideranças do Movimento Indígena Morogita-Kawahiva do Sul do Amazonas e Rondônia prepararam uma carta direcionada ao governo federal sobre sua insatisfação na construção de mais uma hidrelétrica.

De acordo com o documento final, há uma margem de erro de até 20% nas estimativas de alagamento a ser causado pela barragem, o que poderia invadir a Terras Indígenas Tenharim-Marmelo e outras próximas.

Pelo menos 20 etnias estiveram presentes ao encontro, que foi organizado pela Opiam (Organização dos Povos indígenas do Alto Madeira), da qual fazem parte os povos indígenas Tenharim, Parintintim, Mura, Torá, Pirahã, Apurinã e Miranha. Também contou com a participação de representantes dos povos Munduruku (PA), Zoró, Arara, Gavião e Karitiana (RO).

A Usina está em processo de licenciamento ambiental, previsto para ser encerrado em dezembro. Está sendo planejada para ser instalada no rio Machado ou Ji-Paraná, o principal afluente do rio Madeira, onde já estão Jirau, Santo Antônio e Samuel. "Simplesmente ficaria a menos de 800 metros da terra tenharim. Essa hidrelétrica não é bem-vinda, vai mexer em todo o ecossistema e nada trará para nosso bem", disse Ivanildo Tenharim, um dos organizadores do encontro ao Portal Amazônia Real.

Segundo anunciado pelo governo federal, a usina está planejada para potência instalada de 350 megawatts e capacidade para gerar 192 MW de energia elétrica, utilizando o sistema com operação a fio de água e nível de operação a 80 metros com três turbinas.

Nos anos 80 e 90, houve várias discussões para a instalação de uma hidrelétrica no mesmo local, mas as comunidades indígenas e a população de Rondônia se opôs e conseguiu adiar o projeto, agora retomado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

O documento lista vários desastres que podem ocorrer com a construção da hidrelétrica como: submersão de áreas de floresta; submersão quase total das cachoeiras que ficam entre a Cachoeira do Quatá e a Dois de Novembro; além da supressão de ilhas, lagoas e praias da região.

A doutoranda em sociologia da Universidade de Campinas (Unicamp) e moradora de Ji-Paraná, Renata Nóbrega, escreveu artigo em 2009 em livro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), "Relatório de Conflitos Sociais no Complexo Madeira", onde faz um histórico sobre a ambição do governo federal sobre os rios da região.

"Há mais de vinte anos os Arara e os Gavião tentaram convencer ELETRONORTE e os defensores do projeto de hidrelétrica que sua terra não tem preço e não está à venda. Não há indenização que pague o valor simbólico e político que a terra tem para eles, especialmente no caso da inundação de cemitérios", diz o artigo.

Padre Ton pede atenção para a saúde do povo Cinta Larga

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 28.11.2013

Secretário de Saúde Indígena promete verificar o atendimento prestado na região.



Pedido de atenção especial à saúde do povo indígena Cinta-Larga, que vive na Reserva Roosevelt (MT e ROP), rica em diamantes, explorados clandestinamente, foi feito pelo deputado federal Padre Ton (PT-RO) ontem (27) durante audiência com o secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antonio Alves.

Os Cinta-Larga, conforme denúncia recorrente do Ministério Público Federal em Rondônia, vivem risco de extinção devido a doenças como tuberculose e pneumonia, agravadas em razão do contato com não índios.

Antonio Alves garantiu que irá pedir aos responsáveis pela saúde indígena na região um relatório do atendimento atualmente prestado, com informações detalhadas para serem repassadas ao deputado Padre Ton.

O deputado também tratou da estrutura de atendimento oferecido pelas Casais (Casa de Apoio à Saúde do Índio). "Visitei a região, conversei com algumas pessoas, inclusive fui bem recebido pelos profissionais. Eles me pediram esse levantamento, essa atenção à situação das Casais", disse o deputado, lembrando que os indígenas localizados nas regiões de Espigão, Cacoal, Alta Floresta, Riozinho e Guajará-Mirim sofrem com a ação dos não índios, principalmente no que tange à questão da mineração.

Padre Ton mencionou ainda a necessidade de rever o aluguel da unidade de Alta Floresta, o que pode gerar economia para o Ministério da Saúde.

O secretário da Sesai fez um breve levantamento das melhorias não só em Rondônia, mas em outros distritos pelo país. Lembrando que o Brasil tem 68 Casais em funcionamento, ele reforçou que muitas melhorias foram realizadas na atual gestão.

Antônio Alves apresentou ao deputado projeto para construção de edificações próprias para funcionamento das Casas de Apoio à Saúde do Índio, unidades que seriam erguidas em 45

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

dias, compostas de espaço para consulta médica e odontológica e hospedagem para indígenas que precisam de apoio e assistência próximos às aldeias em que moram.

As Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI) são estruturas modulares, de três diferentes tamanhos. O projeto, segundo Antonio Alves, deve ser anunciado pela presidente Dilma Rousseff no dia 2 de dezembro, segunda-feira, quando ocorre a abertura da Conferência Nacional de Saúde Indígena, em Brasília.

Fonte: Mara Paraguassu



Ka'apor buscam sustentabilidade com auxílio da pesquisa científica

SÍTIO JORNAL DA CIÊNCIA, 28.11.2013

Museu Goeldi e INCT Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia investigam soluções sustentáveis e estabelecem cooperação institucional para valorizar patrimônio cultural da etnia indígena

Na Terra Indígena Alto Turiagu, situada no norte do Maranhão, as mulheres Ka'apor transformaram o principal processo de obtenção de renda do seu povo. No lugar da arte plumária, elas iniciaram a produção artesanal com miçangas, sementes, fibras e ossos como uma alternativa econômica sustentável que não requer a morte de animais silvestres nem a extração de madeira. Esta nova dinâmica cultural é objeto de estudo coordenado pela antropóloga Claudia López, no âmbito do Laboratório de Práticas Sustentáveis em Terras Indígenas do INCT Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia.

Na pesquisa "A arte indígena Ka'apor: uma prática cultural e ambientalmente sustentável", a bolsista Marluce Araújo fez um levantamento etnográfico dos recursos naturais e das técnicas de elaboração da cultura material, sobretudo, de artesãs das comunidades Xiepihu-rena e Paracui-rena.

Marluce identificou a confecção de pulseiras (Ipoapí'hã), colares (Jurupirupi'hã), anéis, tornozeleiras e brincos (nhami'putira), além de redes (kiha), tipóias, toalhas, cintos (Kurubi'hã), blusas, braceletes e bolsas em algodão. As plantas usadas na confecção são o tucumã (*Astrocaryum vulgare*), inajá (*Attalea maripa*), bariri (*Canna* sp.), algodão (*Gossypium hirsutum*) e curauá (*Ananas erectifolius*).

Nova dinâmica cultural - De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA), há aproximadamente mil indígenas da etnia Ka'apor na TI Alto Turiagu. Até 1998, a sua principal fonte de renda era a produção plumária, um trabalho principalmente masculino. Com a Lei 9.605/98, houve a proibição da venda de artefatos com materiais oriundos da fauna silvestre, neste caso, as penas de pássaros. A arte plumária passou a ser confeccionada apenas para uso em cerimônias indígenas.

Perante as difíceis condições, algumas aldeias encontraram na venda ilegal de madeira uma fonte de geração de renda. Para evitar a destruição da floresta, as mulheres Ka'apor iniciaram a produção de bijuterias e tecidos para a comercialização, opondo-se às atividades que ameaçam a integridade do meio de sobrevivência deste povo.

CONT.



Cooperação em defesa do patrimônio Ka'apor - Os Ka'apor da TI Alto Turiaçu também participam do projeto "Compartilhando Coleções e Conectando Histórias", uma parceria entre o Museu Goeldi e o Museu Nacional de Etnologia da Holanda, no reconhecimento e estudo das coleções etnográficas nas duas instituições. Eles descreveram as matérias-primas, modos de fabricação, usos e significados de cada objeto. Os depoimentos foram registrados e editados no vídeo "A nossa plumária antiga", de Bepunu Kayapó.

O objetivo da cooperação é reconectar as coleções e divulgar o patrimônio Ka'apor no Brasil e no mundo. Junto aos indígenas, as instituições planejam uma exposição baseada no tema da festa Ka'apor, que engloba todos os aspectos da vida da comunidade.

Nos dias 1 e 2 de outubro, 25 especialistas do Brasil, Colômbia, México, Holanda, Áustria, Alemanha, Suíça e França reuniram-se durante o workshop Tropical Lowlands Indigenous Heritage in European Collections no Instituto Holandês de Estudos Avançados (NIAS) para trocar experiências e discutir possibilidades de novas parcerias em projetos de colaboração com povos indígenas.

Na ocasião, professores, pesquisadores e estudantes manifestaram apoio à luta indígena Ka'apor e solicitaram soluções efetivas e urgentes para as situações de invasão ilegal de território indígena, exploração ilegal de recursos florestais, violência física e cultural que hoje enfrentam os Ka'apor.

Agressões aos Ka'apor - Em setembro de 2013, o povo indígena Ka'apor da TI Alto Turiaçu apresentou um manifesto exigindo a intervenção de autoridades competentes para impedir a extração ilegal de madeiras em seu território, além de solicitar saúde e educação de qualidade, que são de direito que todo ser humano.

No documento, há denúncias de ameaças de morte, agressões e assassinatos comandados por madeireiros em resposta à decisão das lideranças indígenas em não permitir a atividade em seu território. No dia 24 de agosto deste ano, a aldeia Gurupiuna, em Maranhãozinho, teria sido invadida: casas foram incendiadas, idosos amarrados, criações roubadas e o senhor Gonito Ka'apor foi atacado diretamente. Nos últimos anos, quatro indígenas foram assassinados devido ao conflito com os madeireiros.

As ameaças mais recentes ocorreram em outubro. No dia 20, um grupo de Ka'apor da Aldeia Ximborenda foram surpreendidos próximo ao Rio Gurupiúna com ameaças, tiros e agressões por parte de madeireiros e indígenas Tembé que foram aliciados ao garimpo. Impedidos de atravessarem o rio, montaram um acampamento no local para realizar um monitoramento permanente dos limites territoriais junto a outros grupos das regiões de Turiaçu e do Gurupi.

Em 26 de outubro, cerca de 20 Ka'apor de duas aldeias da região do Paruá e Maracaçumé foram novamente atacados com tiros e perseguidos na estrada próxima à Vila do Barro Branco, no município de Centro do Guilherme. No mesmo dia, outro grupo Ka'apor, que ia ao encontro de indígenas da TI Awá em busca de apoio para alimentação, foram impedidos de atravessar as estradas que levam à sede do município de Zé Doca. Madeireiros das regiões de Vila da Conquista e Vitória proibiram a passagem de indígenas pelas estradas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

Os fatos foram comunicados à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à Polícia Federal, que ainda não se pronunciaram ou tomaram procedimentos sobre o caso.

(Luena Barros / Agência Museu Goeldi)



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

Rotas dos Baobás, Quilombo Cafundó em Salto de Pirapora SP
SÍTIO KULTAFRO, 28.11.2013



A formação histórica do território do Quilombo Cafundó inicia-se com a doação das terras, em meados do século XIX, pelo senhor de escravos Joaquim Manuel de Oliveira a Joaquim Manuel de Oliveira Congo – trazido da África para o Brasil como escravizado em 1840, aos doze anos de idade, para trabalhar na fazenda de Joaquim Oliveira.

Tem camping no Quilombo Cafundó.

Ida para o evento 07/12 e volta dia 08/12 de 2013.

A reserva deve ser feita até dia 04/12/2013 pra este evento.

O número mínimo de pessoas por viagem é 4 e máximo 45.

Para dúvidas, agendamentos e demais informações fale conosco através do e mail: contato@redepopoulardeturismo.com.br ou utilize nosso formulário de contato.



TO – Inquérito sobre acidente que vitimou indígenas é encaminhado à Justiça federal
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2013

MPF/TO

A Procuradoria da República em Araguaína (PRM-Araguaína) acompanha as investigações do inquérito policial instaurado para apurar o acidente com o caminhão que transportava cerca de 80 índios da etnia krahô, entre as cidades de Barra do Ouro e Itacajá, em 14 de outubro de 2013. Após realizar diligências, a PRM-Araguaína manifestou-se pela competência da Justiça Federal para julgar os crimes de homicídio e lesão corporal contras os indígenas krahô e pela atribuição do MPF para propôr as ações penais cabíveis. Os ofícios solicitando posicionamento acerca da competência e atribuição para o processar e julgar os responsáveis pelos crimes foram encaminhados ao Juiz Estadual e Ministério Público Estadual, respectivamente.

O Ministério Público do Estado do Tocantins (MP/TO), por meio da Promotoria de Justiça de Goiatins, declinou de sua atribuição em 26 de novembro de 2013, concluindo pela competência da Justiça Federal para processar e julgar os crimes. O Juiz de Direito da Comarca de Goiatins determinou hoje a remessa dos autos do inquérito policial à Justiça Federal.

Como fundamentação para atrair a competência federal, a PRM-Araguaína argumentou que é dever institucional do Ministério Público Federal promover a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, e que compete aos juízes federais processar e julgar disputa sobre direitos indígenas. No caso do acidente, percebe-se uma afronta direta e não reflexa aos direitos coletivos da comunidade krahô, com provas contundentes de que o acidente ocorreu em virtude de alta velocidade do veículo e embriaguez do motorista, em total desrespeito a uma coletividade de aproximadamente 80 pessoas.

No parecer do Ministério Público Estadual, a Promotoria de Justiça de Goiatins considera que o estado do veículo utilizado para transportar os índios, os indícios que o motorista estava embriagado e a alta velocidade, entre outros fatores não menos importantes, demonstram que os direitos indígenas foram violados. Considerando as circunstâncias dos fatos que culminaram no acidente, não restam dúvidas que a comunidade indígena foi afrontada, sendo competência da Justiça Federal apurar e julgar as condutas que culminaram na morte de três índios e deixou aproximadamente 70 feridos.

A PRM-Araguaína considera patente a omissão dos agentes da Funai que se mantiveram inertes e permitiram o transporte irregular. Considerando que o veículo foi disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Itacajá, há também a possibilidade de configuração de ato de improbidade administrativa por parte dos gestores municipais. A conduta omissiva da Prefeitura de Itacajá em relação aos defeitos aparentes do veículo implicaria na esfera civil em indenização às famílias das vítimas falecidas e aos feridos.

CONT.



Oficiado para que enviasse cópia da documentação do veículo tombado, nome do condutor e vínculo com a municipalidade, além de quem autorizou a utilização do veículo para o transporte de indígenas, o Município de Itacajá enviou os documentos e se eximiu da responsabilidade quanto à utilização de um caminhão para o transporte de indígenas, apontando a responsabilidade da Funai. Por sua vez, o órgão indigenista informou que não solicitou o caminhão e sim um ônibus, apontando o município de Itacajá como responsável pelo transporte e acidente.

O transporte irregular de indígenas será debatido durante audiência pública no dia 10 de dezembro, em Araguaína, com a presença de autoridades locais e lideranças indígenas, para que sejam ouvidas as reivindicações e tomadas as providências cabíveis para evitar outros acidentes.

Assistência aos acidentados

Na última terça-feira a PRM-Araguaína se reuniu com lideranças krahôs na cidade de Carolina (MA), local escolhido pelos índios para realização do encontro, e apresentou as providências já implementadas pelo Ministério Público Federal para a proteção dos direitos das vítimas do acidente, bem como as ações que serão propostas. Também foi agendada uma visita à Aldeia Nova, no município de Goiatins, para uma reunião com as vítimas e seus familiares.

Por intermédio da PR-TO e PRM-AGA, o Ministério Público Federal no Tocantins encaminhou recomendação ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Tocantins) e Funai para que prestem auxílio com remédios e alimentação aos indígenas acidentados, além de acesso a transporte. Várias reclamações dos indígenas foram recebidas pelo MPF/TO em relação às omissões dos órgãos.

O caso

A criança de oito anos, o adolescente de quinze e o adulto de 35 anos, além das dezenas de feridos da etnia krahô, se deslocavam para participar da nona edição da feira de sementes krahô, realizada com o objetivo de resgatar a autonomia alimentar dos índios com o cultivo nas terras indígenas. Todos viajavam na carroceria de um caminhão, sem nenhum aparato de segurança, locado pelo Município de Itacajá para recolher e transportar lixo.

A realidade por trás do “conflito entre pequenos” na Terra Indígena Rio dos Índios
SÍTIO CIMI, 28.11.2013



Em um Brasil de riquíssima diversidade cultural e de povos, uma das ações mais características dos setores dominantes historicamente privilegiados é a de oprimir quem resiste ao atual modelo hegemônico de desenvolvimento, extremamente excludente.

No Mato Grosso do Sul, estado mais violento em relação aos povos indígenas, por exemplo, ruralistas se juntam a políticos e demais setores anti indígenas de todo país e ameaçam, a partir do dia 30 de novembro, aumentar radicalmente a ofensiva contra os povos indígenas. Chegando a anunciar publicamente a realização de um leilão para arrecadar recursos financeiros com o objetivo de atingir este fim.

Enquanto os ruralistas e as elites locais praticam, sem restrições, em todo o país sua nefasta política anti indígena, a grande mídia, como já era de se esperar, exibe em horário nobre e sempre em tons de preocupação exatamente o oposto. Como em um filme de bang-bang, o que se vê são indígenas violentos, travando guerrilhas desleais, tomando propriedades, acabando com lavouras e as mais variadas produções, bloqueando rodovias e espalhando um clima de terror nas cidades e vilarejos rurais.

CONT.



No Rio Grande do Sul, em especial, este malabarismo tático por parte da mídia é revestido com um trunfo capaz de gerar grande comoção na população acabando por mascarar da melhor forma os interesses das elites. Esse trunfo consiste no falso conflito anunciado entre indígenas e os pequenos agricultores, sempre pela ótica dos danos causados a este segundo grupo. No entanto, além de distorcer os fatos e não mostrar o “lado” dos indígenas, a mídia – intencionalmente – não contextualiza os acontecimentos, não possibilitando ao espectador/leitor/ouvinte compreender as reais causas dos conflitos.

Legislando em causa própria

No pequeno município de Vicente Dutra, no interior do Rio Grande do Sul, tem sido exatamente esta a postura da mídia desde o último dia 21 de novembro, quando, impulsionados por um conflito incitado pelo segurança de um empreendimento privado, os indígenas decidiram partir para a auto demarcação de seu território ancestral. Membros do povo Kaingang – que há mais de dez anos esperam pacificamente a finalização do processo de uma área já demarcada – foram publicizados como seres violentos que, cansados de esperar a demarcação de uma terra a qual proclamam e que desapropriará inúmeras famílias de pequenos agricultores, partiram para cima dos mesmos, ocasionando um conflito covarde e desleal.

O que a mídia mascara é que o conflito instaurado em Vicente Dutra, na verdade, passa muito longe de ser uma briga “entre pequenos”. Trata-se de uma luta dos Kaingang contra a expropriação indevida de parte de seu território feita pelo ex-prefeito da cidade, Osmar José da Silva, que conta com o apoio de parceiros políticos.

Para além dos relatórios produzidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) que decretaram a aldeia de Rio dos Índios como demarcada ao povo Kaingang ainda em 2002, indícios da ocupação deste povo pela região são evidentes e inegáveis. Em artigos e produções como os registrados pela antropóloga Lígia T.L. Simoniam fica claro, inclusive, uma efetiva e forte presença dos Kaingang nesta região até meados das décadas de 1950 e 1960.

No ano de 1981, o então prefeito Osmar José da Silva sancionou e promulgou através da Lei Municipal 284/81 a doação de uma área pública de 240.329 m², que é na verdade parte da área pertencente aos indígenas, para a instalação do empreendimento denominado “Águas do Prado”. Ainda no mesmo ano, o prefeito através de outra lei municipal (310/81), alegando falhas no levantamento anterior, ampliou a mesma área doada para 253.922 m². Esta terra corresponde a quase 200 hectares dos 715 hectares que foram demarcados aos indígenas pela Funai.

O detalhe é que este empreendimento turístico, que desde então explora de maneira privada as termas e águas minerais da cidade, pertencia naquele momento ao próprio prefeito. Desta forma, o ex-prefeito de Vicente Dutra, na época em pleno exercício, utilizou-se da máquina pública para benefício próprio, e até hoje ele e sua família colhem os frutos desta expropriação sofrida pelos indígenas Kaingang. Estes documentos foram registrados pelo então secretário administrativo Clemente Laber e se encontram nos arquivos do gabinete da prefeitura

CONT.



municipal, que misteriosamente pegou fogo duas vezes durante a gestão de Osmar José da Silva, quando muitos documentos desapareceram entre as chamas.

Ocultar e manipular para manter renda e poder

O início dos conflitos, amplamente noticiados como o avanço dos indígenas sobre os agricultores, começou na verdade por conta de provocações do vigilante do empreendimento de Águas do Prado. Estas provocações de cunho racista e preconceituosas vêm ocorrendo há muitos anos e as investidas deste mesmo guarda sobre os indígenas já são há muito conhecidas, inclusive por moradores da cidade.

No dia posterior ao início dos conflitos uma multidão de cerca de 500 pessoas, dentre as quais uma pequena minoria composta por agricultores, dirigiu-se até a entrada da aldeia ameaçando atacar os Kaingang e expulsá-los do município. Nas fotografias registradas defensivamente pelos indígenas são facilmente reconhecidos como dirigentes do ato: o ex-prefeito e dono do empreendimento, Osmar José da Silva, seus filhos, e vereadores do campo político de Osmar que, juntamente com o atual prefeito, insuflaram contra os Kaingang uma pequena parcela de agricultores da região, comerciantes da cidade e região, parte da comunidade de Vicente Dutra e outras pessoas de municípios vizinhos.

É fato conhecido também que estes mesmos membros da política local, que têm no empreendimento Águas do Prado uma importante fonte de renda, têm levado informações distorcidas quanto à veracidade do processo demarcatório e das consequências da demarcação até os agricultores. Enquanto os indígenas defendem publicamente a demarcação da Terra Indígena Rio dos Índios mediante indenização plena (reassentamento e benfeitorias) dos agricultores, os políticos advertem os trabalhadores rurais de que estes sairão sem nenhum tipo de compensação. Outra ilusão vendida por estes mesmos sujeitos é a de que o processo demarcatório pode ser revertido com a pressão dos colonos, o que é impossível devido ao estágio avançado do processo demarcatório.

Falso conflito favorece o agronegócio

Os interesses políticos e econômicos das elites locais, com o apoio inescrupuloso da mídia hegemônica, acabam por criar o factóide de um "conflito entre pequenos", que muito os interessa. Enquanto ganham tempo adiando a indenização dos colonos, suas ações de expropriação estão seguras e suas terras, garantidas indevidamente, intocadas. Enquanto isso, o governo federal covardemente e convenientemente acaba por aproveitar este falso conflito para justificar sua já bem conhecida política de congelamento inconstitucional de demarcações e, assim, garantir seus acordos com os setores dominantes da sociedade. Desta forma, as elites locais encontram coro nas práticas de um governo que decidiu abraçar-se ao agronegócio, passando por cima do direito constitucional dos povos e dos cidadãos.

As táticas para o não cumprimento de suas atribuições pelos órgãos federais são inúmeras. Por exemplo, em reunião realizada em Porto Alegre no dia 02 de outubro de 2013, o superintendente do Incra, Roberto Ramos, afirmou que os agricultores das áreas indígenas em

CONT.



processo de demarcação não foram reassentados em terras destinadas à reforma agrária por que não estavam cadastrados. No entanto, em áreas como a de Rio dos Índios o levantamento fundiário já foi realizado.

Ainda em 2009, o Ministério Público Federal de Passo Fundo, tratando de uma conversão do procedimento administrativo cível em inquérito civil (PRM/PF 2009), buscando fazer avançar o procedimento demarcatório da Terra Indígena Rio dos Índios, oficiou ao Incra que este prestasse "informações acerca do parecer da sua Procuradoria Federal quanto à possibilidade de indenização da terra aos agricultores ocupantes da Terra Indígena Rio dos Índios, no município de Vicente Dutra/RS". No entanto, não foram tomadas as providências neste sentido. Ou por omissão do Incra ou por falta de vontade da Funai e das demais instâncias responsáveis.

Enquanto morrem indígenas em atentados em todo o país e muitos outros poderão ocorrer devido às ameaças anunciadas e às promessas de que os ruralistas irão "resolver" por eles mesmos a questão dos conflitos agrários no Mato Grosso do Sul, esta grande rede federal-local vai ganhando tempo, protegendo micro e macro interesses e renovando a esperança de conseguir finalmente alterar a Constituição Federal para poder, de uma vez por todas, retirar os indígenas do caminho do "progresso e do desenvolvimento".

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin) reiteram sua irrestrita e incondicional solidariedade e apoio ao povo Kaingang de Rio dos Índios e continuarão atentos para denunciar estas e outras práticas que as elites locais e o governo federal têm praticado contra o direito irrevogável e imemorial dos povos indígenas.



Supostos atiradores contra indígenas se apresentam à Polícia Civil

SÍTIO PORTAL GUAÍRA, 28.11.2013

Segundo informações, se apresentaram na Delegacia de Polícia Civil de Guaiá, dois menores de idade, porém, através da equipe de investigação, a 13ª DP já havia identificado os suspeitos de homicídio contra o indígena Bernardino Coládio Ortega, desde segunda-feira (25).

Conforme a versão apresentada pelos menores, na madrugada do último domingo (24) eles estavam no bar conhecido como "Risca Faca", no Bairro Jardim Zeballos, compraram uma caixinha de cervejas e deixaram em cima da mesa, quando um foi dançar e o outro ao banheiro.

Nesse momento, segundo relato dos menores, o índio Bernardino teria pegado a caixa de cervejas e saído do bar.

Em ato contínuo, o autor do único disparo que vitimou o indígena, saiu atrás de Bernardino, houve uma discussão ele pegou a bebida e retornou para o bar.

Nesse momento, o outro menor já havia saído para buscar a arma – revólver calibre ponto 22 – em uma casa no prolongamento da Av. Thomaz Luiz Zeballos e, assim que chegou ao local do crime, não notou que o outro menor [seu irmão] já havia se entendido com o índio.

Como o irmão seguia na frente e o indígena atrás, o menor que estava armado achou que seu irmão estava sendo seguido. Foi então que ele disparou um único tiro contra Bernardino, acertando no peito, e que tombou morto.

Em seguida ele (atirador) virou o carro e passou a arma para outro menor que, em frente um colégio – localizado nos arredores – disparou vários tiros contra um grupo de pessoas que se encontravam em outro bar, ao lado do Risca Faca, vindo a acertar um menor, também indígena de 11 anos de idade, na cabeça.

O menor que efetuou os disparos e vitimou Bernardino Ortega, F. N. M., 16 anos, ressaltou que foi o menor de iniciais C. C., quem atirou contra o grupo de indígenas, segundo ele, apenas para assustar.

O proprietário do bar também foi ouvido, pois, segundo consta nos autos, o seu estabelecimento está irregular, o Alvará de funcionamento está vencido desde 2011.

A arma utilizada pelos menores foi apreendida, eles foram ouvidos e, após, colocados em liberdade.

Redação Portal Guaiá



MPF-CE assina termo que assegura instalação de reserva indígena
SÍTIO G1, 28.11.2013

*Reserva Taba dos Anacés será implantada em área de 543 hectares.
Área da reserva será transferida do Estado para a União.*

Até dezembro de 2013 deverão ser iniciados os processos necessários para a transferência do Estado do Ceará para a União dos imóveis que irão formar a Reserva Indígena Taba dos Anacés, na Região Metropolitana de Fortaleza . A transferência de posse das terras é uma das etapas previstas no Termo de Compromisso firmado entre Ministério Público Federal (MPF), Governo Federal, Petrobras, Fundação Nacional do Índio (Funai), Governo do Estado e Comunidades Indígenas Anacé de Matões e Bolso.

O documento, negociado entre o governo estadual, Petrobras, Funai, comunidades indígenas e o MPF, determina que o governo estadual adquira uma área privada, aprovada pela comunidade, que, somada à outra área pertencente ao Estado, se transformará na reserva indígena e toda a infraestrutura será construída. Todos os custos serão repartidos entre a Petrobras e o governo estadual, 50% para cada parte.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra), está preparando os projetos com vistas a realização das licitações para implantação da infraestrutura da área onde se instalará a comunidade indígena Anacés. A área onde será a reserva indígena, de 543 hectares, foi adquirida pelo Governo do Estado e Petrobras em troca do terreno onde será instalada a Refinaria Premium II, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

Infraestrutura

Serão construídas 163 casas distribuídas entre quatro aldeias Anacés, uma escola indígena, um posto de saúde, acesso viário, vias internas, sistemas de energia elétrica, de água e de esgoto, terraplenagem e drenagem. O terreno foi adquirido pelo Governo do Estado por R\$ 15 milhões. Um convênio com a Petrobras garantirá outros R\$ 15 milhões para repasse à Secretaria para a implantação da infraestrutura.

Segundo o MPF, as comunidades indígenas de Matões e Bolso sofrem fortes impactos sociais e ambientais com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, dos empreendimentos já existentes e dos que se encontram em fase de instalação, das obras de infraestrutura pública e privada em andamento, inclusive as obras de construção da Refinaria Premium II e da dutovia da Petrobras.

Há mais de 10 anos os Anacés reivindicam a demarcação das terras indígenas. Em 2008, o procurador regional da República Francisco de Araújo Macêdo Filho recomendou ao Governo do Ceará que suspendesse desapropriação de terrenos na área até que se realizassem os estudos de identificação e delimitação.

Índios ameaçam guerra contra exploração de petróleo e gás no Vale do Javari
SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 28.11.2013

Em audiência na Câmara, maior reclamação foi contra a exploração de gás pelo método de fratura hidráulica. Agência Nacional de Petróleo não veio.



Jader Comapa Franco, da Articulação dos Povos Indígenas:
"A gente vai pra guerra".
Luis Macedo / Câmara dos Deputados

Os povos indígenas, principalmente os que habitam o Vale do Javari, no extremo oeste do Amazonas, ameaçam entrar em guerra com as empresas que iniciarem a exploração de petróleo e gás na região. Em audiência na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, eles denunciaram danos ambientais que poderão ocorrer caso seja levada adiante, por exemplo, a exploração de gás não convencional, o chamado gás de xisto, pelo método de fratura hidráulica.

A fratura hidráulica consiste no jateamento de rochas do subsolo com água e substâncias

químicas capazes de induzir a fratura e liberar o gás. A técnica, empregada em larga escala nos Estados Unidos, onde provocou o que está sendo chamado de uma revolução energética, é condenada pelos ambientalistas e foi proibida na França por lei validada em outubro último pelo Conselho Constitucional.

Funai não é ouvida

Nesta quinta (28) e sexta (29), a Agência Nacional do Petróleo (ANP) está leiloando 240 novos blocos de exploração de petróleo e gás, sendo que 110 deles em áreas isoladas, chamadas de "novas fronteiras". Ocorre que a Fundação Nacional do Índio (Funai) já detectou que alguns destes blocos estão muito próximos de áreas indígenas ou invadem terras em processo de demarcação.

Maria Janete de Carvalho, coordenadora de Licenciamento da Funai, disse que um relatório sobre o assunto foi enviado à agência, mas apenas uma recomendação foi acatada, a de que o Vale do Javari teria que estar 25 quilômetros afastado dos blocos a serem leiloados. Além de contar com uma biodiversidade praticamente intocada, a região teria pelo menos 16 populações indígenas isoladas.

CONT.



Segundo Maria Janete, "ninguém pediu uma opinião prévia da Funai, o que já vem se tornando rotina. Muitas vezes a consulta é feita, no caso de alguns empreendimentos, muito mais para legitimar uma tomada de decisão que já foi feita". Por isso ela considera que outro desafio órgão é "a intervenção em momentos de planejamento, para que este ordenamento territorial realmente seja feito de uma maneira participativa", reclamou.



Janete Capiberibe: cientistas pediram moratória para gás de xisto.

A ANP foi convidada, mas não enviou representantes para a audiência. A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) disse que a técnica de fratura hidráulica, prevista para a retirada de gás em alguns blocos, vem sendo condenada pelos especialistas: "A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência já recomendou a moratória a esse tipo de exploração do gás, através do método de força hidráulica, que polui os lençóis freáticos, polui o solo. Então é uma questão muito séria".

"Matar ou morrer"

Os representantes dos povos indígenas afirmaram que não querem a exploração petrolífera na região e já estão mobilizados desde 2003, porque também o Peru vem concedendo licenças na fronteira. Jader Franco, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, explicou que eles já procuraram órgãos como o Itamaraty e o Ministério Público federal. "Não temos recursos para vir conversar todo dia, ficar insistindo. A gente dá o recado. Se não formos atendidos, nós estamos dizendo que a gente vai para a guerra, a gente vai para a luta. É matar ou morrer", ameaçou ele.

Os deputados da comissão e os participantes da audiência resolveram encaminhar um documento para diversas autoridades, entre elas a presidente Dilma Rousseff.

Reportagem – Sílvia Mugnatto

Edição – Dourivan Lima

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'



Petrobras vai explorar gás a 10 metros de terra indígena

SÍTIO PORTAL BENÍCIO, 28.11.2013

Terra

O bloco AC-T-8a arrematado nesta quinta-feira (28) pela Petrobras dentre os nove blocos que foram ofertados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) durante a 12ª rodada de áreas de petróleo e gás, localiza-se no município de Mâncio Lima (AC), na fronteira com o Peru, nos limites diretos de duas terras indígenas e do Parque Nacional da Serra do Divisor.

A Petrobras promete realizar um investimento inicial de R\$ 12 milhões, mas existe parecer da Fundação Nacional do Índio (Funai), enviado em junho deste ano à ANP, que trata dos limites do bloco em relação a linha demarcatória das Terras Indígenas.

Os limites do bloco AC-T-8 estão a 10 metros da Terra Indígena da etnia Poyanawa e a 39 metros da terra da etnia Nukini.

As duas Terras Indígenas encontram-se em processo de qualificação e reestudo visando a ampliação de seus limites.

- O governo do Acre, suas ONGs e sua imprensa, medíocres que são, sempre afirmaram que os territórios indígenas não seriam afetados. Fomos caluniados e atacados por falarmos a verdade, quando afirmávamos e continuamos afirmando que os territórios indígenas seriam e serão sim afetados. Entidades ligadas ao ambientalismo e ao indigenismo também estão sendo utilizadas para defender essa insanidade- disse o indigenista Lindomar Padilha, do Conselho Indígena.

Na 12ª rodada de áreas de petróleo e gás oito blocos não receberam oferta. A rodada oferta um total de 240 blocos exploratórios terrestres com potencial para gás natural nas bacias do Paraná, Parnaíba, Acre-Madre de Dios, Sergipe-Alagoas, Parecis, São Francisco e Recôncavo totalizando 168,3 mil km quadrados.

A Funai anunciou que vai aguardar o término da 12ª rodada para que possa ter um panorama dos blocos leiloados e das Terras Indígenas incidentes junto a estes blocos.

A Funai informou à ANP que existe sobreposição de bloco exploratório na Bacia do Paraná, com a Terra Indígena Xetá, atualmente em estudo.

No parecer enviado à ANP, a Funai ressaltou existência de reivindicações fundiárias por identificação de áreas e reestudo de limites das seguintes Terra Indígenas: Kraolândia (Bacia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

do Parnaíba); Utiariti, Rio Formoso e Cidade de Pedra (bacia dos Parecis); Poyananwa, Campinas/Katuquina, Nukini e Kaxinawá da Colônia Vinte e Sete (Bacia do Acre), além de nove registros de reivindicações constantes na Bacia do Paraná.

A Funai alertou à ANP sobre a presença de índios isolados na região dos blocos exploratórios da Bacia Sedimentar do Acre, "o qual não recomenda que qualquer atividade de exploração de petróleo ou gás ocorra nos limites sul da Terra Indígena Vale do Javari, sob os afluentes da margem esquerda do Rio Ipixuna, em distância menor de 25 quilômetros".



MPF assina termo que assegura implantação de reserva indígena no Ceará
SÍTIO PGR MPF, 28.11.2013

Reserva Indígena Taba dos Anacés será implantada em uma área de 543 hectares na Região Metropolitana de Fortaleza

Até dezembro, deverão ter início os processos necessários para a transferência do Estado do Ceará para a União dos imóveis que irão formar a Reserva Indígena Taba dos Anacés na Região Metropolitana de Fortaleza. A transferência de posse das terras é uma das etapas previstas no termo de compromisso firmado entre Ministério Público Federal (MPF), Governo Federal, Petrobrás, Fundação Nacional do Índio (Funai), Governo do Estado e Comunidades Indígenas Anacé de Matões e Bolso no último dia 22 de novembro.

O termo de compromisso prevê a implantação da reserva numa área de 543 hectares, com a construção de 163 casas para as famílias Anacé, além de água, energia, posto de saúde e escola indígena, com recursos do governo estadual e da Petrobras, totalizando R\$ 30 milhões.

As comunidades indígenas de Matões e Bolso estão sofrendo fortes impactos sociais e ambientais com a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), dos empreendimentos já existentes e dos que se encontram em fase de instalação, das obras de infraestrutura pública e privada em andamento, inclusive as obras de construção da Refinaria Premium II e da dutovia da Petrobras.

O Ministério Público Federal acompanhou por dez anos os Anacé em sua reivindicação pela demarcação de seu território. Em 2008, o procurador regional da República Francisco de Araújo Macêdo Filho recomendou ao Governo do Ceará que suspendesse desapropriação de terrenos na área até que se realizem os estudos de identificação e delimitação.

Em 2009, a pedido do MPF, os peritos em antropologia do órgão, Sérgio Brissac e Marco Paulo Schettino, e o professor de Geografia da UFC Jeovah Meireles elaboraram parecer técnico que apresentava uma alternativa locacional a empreendimentos do CIPP e embasou uma ação civil pública proposta pelo MPF, visando garantir a permanência dos Anacé em Bolso e Matões. Mas os pedidos liminares não foram deferidos. E foram sendo implantadas na região duas termelétricas e uma usina siderúrgica.

Antes da assinatura do termo de compromisso e após um longo período de incertezas para os indígenas, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF promoveu reuniões que resultaram em uma solução para o caso com a participação de todas as partes envolvidas. A área que abrigará a reserva, definida conjuntamente com as comunidades indígenas, foi aprovada pela Funai, através de estudos antropológicos e ambientais.

Índio votará em índio nas eleições de 2014

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 28.11.2013

MONTEZUMA CRUZ
Editor de Amazônia



O Encontro do Corredor Etnoambiental Tupi Mondé consolidou a maior pauta indígena de 2013, vinda na sequência do Encontro de Humaitá (AM) /DIVULGAÇÃO

Mesmo faltando sete meses para o prazo final das convenções eleitorais partidárias de 2014, a recém-criada Articulação Indígena de Rondônia indicou dois candidatos a cargos eletivos: Almir Suruí para deputado federal e Marcelo Cinta-larga para deputado estadual.

No âmbito federal, será necessária a revisão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 320/2013, que propõe a criação de quatro vagas para deputados federais indígenas. "Temos direito a cadeiras em todo os Estados da Federação Brasileira, por isso solicitamos que seja feita consulta pública aos indígenas", justificam.

A entidade exige a demarcação de todas as terras indígenas e a ampliação das que estão sendo propostas, a exemplo da Terra Indígena Karitiana, no município de Porto Velho. Exige a retirada dos invasores da região de litígio da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau e a reintegração de posse do território ao povo indígena Jupaú e Amondawa.

CONT.



Durante três dias deste final de novembro, cerca de cem lideranças reuniram-se no 3º Encontro do Corredor Etnoambiental Tupi Mondé, em Cacoal, a 500 quilômetros de Porto Velho, onde também indicaram Helinton Tinhawamba Sebirop da Silva Gavião e Valdenilda Massacá Karitiana para a Coordenadoria Indígena da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental.

Apoiando a formação de uma comissão especial, no âmbito da Câmara dos Deputados, para impulsionar, “antes de qualquer outro projeto”, a aprovação urgente do Estatuto dos Povos Indígenas, a Articulação também exige a aprovação do Projeto de Lei 3571/2008, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista.

O movimento repudia e pede o fim dos “ataques planejados pelo Governo do Brasil com seus Ministérios e parlamentares ruralistas do Congresso Nacional” contra direitos originários e fundamentais indígenas, garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Quais “ataques”? – Dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição, propostos pela bancada ruralista, especialmente as PECs 215/00, 237/13, 038/99, e os PLs 1610/96 e 227/12. “São iniciativas legislativas nocivas, destinadas a legalizar a exploração e destruição, disfarçada de progresso, dos nossos territórios e da mãe natureza, colocando em risco a integridade física e cultural das atuais e futuras gerações dos nossos povos e culturas”.



Em Cacoal, líderes indígenas de Rondônia decidem concorrer a cargos eletivos em 2014 e reforçam defesa do seu território
FACEBOOK IVANEIDE BANDEIRA

O movimento reivindica a urgente revogação de todas as portarias e decretos editados pelo governo Dilma: Portaria 419/2011, Portaria 303/ 2012, Portaria 2498 e Decreto 7957/2013. Condena a portaria interministerial 419/2011, a Portaria 303/2012 da Advocacia Geral da União, a Portaria 2498 e o Decreto 7957/2013. “Os ataques flagrantes de desrespeito à Constituição Federal e aos tratados internacionais assinados pelo Brasil desconsideram a contribuição milenar dos nossos povos e a importância estratégica dos nossos territórios para o bem viver da humanidade e do Planeta Terra”, assinala.

“Enganação e violação de direitos”

A Articulação defende o fortalecimento da Fundação Nacional do Índio (Funai), denuncia “enganação e violação dos direitos dos povos indígenas e populações tradicionais da bacia do

CONT.



Rio Madeira, e nos rios Xingu (PA) e Teles Pires (MT)". Nessas regiões são construídas usinas hidrelétricas para viabilizar hidrovias.

Contrária à construção de barragens nos rios Machado (UHE Tabajara), Madeira (UHE Ribeirão, município de Guajará-Mirim, fronteira com a Bolívia), Tapajós, Juruena e Teles Pires, a entidade alerta que esses projetos atingirão diversas terras indígenas. Antecipadamente, os indígenas rechaçam indenizações. "São compensações para nos destruir, porque a água para nós é fonte de Vida e não de Morte. Onde não for possível evitar, exigimos o pagamento de royalties às comunidades envolvidas durante toda a vida útil do empreendimento".

A hidrelétrica de Tabajara, por exemplo, afetaria terras indígenas do Igarapé Lourdes, Pirahã, Jiahui, Nove de Janeiro, Ipixuna, Torá, Mura, Munduruku do baixo Marmelo, e todas as Tenharim e de índios isolados. Segundo a declaração da entidade, indígenas que vivem na condição de isolamento voluntário em áreas próximas a projetos hidrelétricos correm risco de morte. Da mesma forma, eles são ameaçados pela construção e pavimentação de estrada e expansão da agropecuária. Teme-se um genocídio.

Integrantes da Articulação

Miguel Suruí- Presidente

Marcos Apurinã – Vice presidente

Laura Karitiana – Secretária

Renato Karitiana

Dalto Tupari

André Karipuna

Sandra Suruí

Elisabete Cinta-Larga

Inácio Cassupá

Paulo Mamaindê

Jair Aikanã

Romário Oro win

Francisco Arara

Delson Gavião

Adriano Tupari

Tataré Cinta Larga

Amauri Zoró

Quem participou

Participantes do 3º Encontro Etnoambiental Tupi Mondé, no Centro de Formação Païter Suruí, entre 25 e 27 de novembro de 2013: Povos Indígenas Païter-Suruí, Gavião, Cinta-Larga, Zoró, Karitiana, Jiahui, Arara, Aikanã, Massaká, Mamaidê, Uru-eu-wau-wau, Kassupá, Apurinã e Tupari.

O encontro contou com parceria entre a Articulação Indígena e organizações não-governamentais.

Luiza Ribeiro e lideranças indígenas reivindicam moradia

SÍTIO CORREIO DA CAPITAL, 28.11.2013



A vereadora Luiza Ribeiro (PPS) e lideranças indígenas dos assentamentos Estrela do Amanha e Inapolis, Santa Monica e Indubrasil se reuniram com o Diretor-Presidente da Agência Municipal de Habitação de Campo Grande, Amilton Candido de Oliveira para reivindicarem moradia as famílias que vivem de forma precária em barracos de lona e madeiras reutilizadas.

“As comunidades indígenas reivindicam já a algum tempo e agregada a esta necessidade queremos ações como inclusão no âmbito do emprego e renda, de escolas com aulas na língua mãe entre outra que políticas dignificam estas populações” comentou a vereadora Luiza Ribeiro.

No assentamento Estrela do Amanha são cerca de 50 famílias indígenas que há mais de 4 anos vivem de forma precária, já no Indusbrasil são quase 100 famílias oriundas das aldeias de Aquidauana e Miranda que construíram de forma precária um teto para residirem.

A EMHA informou que já tem conhecimento da realidade destas famílias e irá incluí-las em programas especiais.

Marinete Pinheiro - Assessoria de imprensa da vereadora



Minuta da portaria com novas regras para demarcações é entregue a parlamentares
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.11.2013

Deputados e senadores têm até dia 6 de dezembro para avaliar o texto da portaria que amplia participação de órgãos públicos no processo de criação de terras indígenas

Os parlamentares da Câmara Federal e do Senado têm até a próxima sexta, dia 6, para enviar ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, as alterações sugeridas na minuta da portaria que muda as regras das demarcações de terras indígenas.

O texto elaborado pelo ministro da Justiça e a ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann na semana passada, foi entregue aos deputados e senadores das Comissões de Agricultura das duas casas, além de lideranças indígenas e produtores rurais. A proposta traz entre os itens a inclusão do parecer de outros órgãos, além da Funai, no processo demarcatório.

– Se criou a Câmara de Conciliação para que essas medidas possam ser melhor apreciadas. O lado negativo disso, no entanto, é que quem envia para a Câmara de Conciliação é a própria Funai, isto limita um pouco a ação desta Câmara. Também fica criado um grupo de assessoramento técnico para análise dos pareceres antropológicos. Nós, como lado negativo, entendemos que a Funai, ainda tem o papel principal da execução, do julgamento e da realização do laudo antropológico. Este é um ponto que nós vamos ter que questionar o ministro e sugerir alterações – disse o deputado federal Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente da Comissão de Integração Nacional, ... e da Amazônia (Cindra).

Na semana passada, Cardozo, havia afirmado que a portaria terá efeito imediato, inclusive em processos em andamento.

[Baixe o documento na íntegra](#)



Audiência da Câmara repudia violação aos povos indígenas na exploração de gás
SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL RÁDIO WEB, 28.11.2013

Parlamentares, lideranças indígenas, representantes de órgãos de Estado e de organizações da sociedade civil manifestaram sua preocupação com relação à falta de transparência no processo de constituição do 12º Leilão da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis– ANP – e a delimitação dos blocos ofertados próximos a Terras Indígenas e Unidades de Conservação ou sobrepostos a áreas em vias de regularização fundiária.

A manifestação ocorreu durante audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, nesta quinta, 28, primeiro dia do Leilão. Foi proposta pela deputada Janete Capiberibe (PSB/AP), coordenadora da subcomissão de Política Indigenista da CLP. Uma moção de alerta aos riscos da exploração prevista a partir do 12º Leilão será divulgada pelo colegiado. Janete informou que o conteúdo da audiência pública será levado à 6ª Câmara do Ministério Público Federal, que cuida das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais.

Segundo Conrado Octavio, do Centro de Trabalho Indígena, “não existe da parte da ANP norma para consulta prévia aos povos indígenas, na fase prévia, quando os conflitos poderiam ser evitados”, apesar da Convenção 169, da OIT e do decreto legislativo 143/2002, que a regulamentou.

Os representantes da FUNAI informaram que as recomendações do órgão quanto aos blocos próximos de terras já demarcadas e nas áreas em processo de demarcação não foram consideradas pela ANP e concordaram que a instituição está sofrendo um processo de enfraquecimento. Há 24 anos sem realizar concurso público, de 3,7 mil contratações previstas, apenas 700 foram concretizadas.

Além da pressão sobre os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, a exploração de gás de xisto, também foi questionada pelos expositores por usar um método considerado altamente danoso ao meio ambiente: a fragmentação hidráulica, conhecida pelo termo em inglês “fracking”. Janete Capiberibe disse que a técnica está proibida em vários países europeus e que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC – divulgou nota pedindo moratória à tecnologia no Brasil e maior discussão com a comunidade científica.

Convidados – Participaram da audiência a coordenadora-geral de licenciamento da FUNAI, Maria Janete Albuquerque de Carvalho; o coordenador-geral de Índios Isolados e de Recente Contato, Carlos Travassos; Jader Comapa Franco, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Conrado Octávio, do Centro de Trabalho Indigenista; Raimundo Mean Mayoruna, da Terra Indígena do Vale do Javari (Amazonas) e Ilson Soares, da Comissão Guarany Yvyrupá – CGY, de Guaíra, Paraná. A deputada Janete lamentou a ausência da Agência Nacional de

CONT.



Petróleo, Gás e Biocombustíveis, do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás e do Ministério do Meio Ambiente, também convidados.

“Nunca fomos ouvidos pela ANP”

Lideranças indígenas reclamaram que nunca foram ouvidos pela ANP sobre a implantação de blocos de exploração mineral nas terras que ocupam. A oitiva com prerrogativa de veto está prevista na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Congresso Nacional em 2002 e em vigor desde 2003.

O representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, Jader Camapa Franco, do Vale do Javari, estado do Amazonas, diz que os povos que ocupam aquela terra são unânimes contrários à exploração de gás de xisto e petróleo. Ele diz que os índios vão para a guerra se não forem respeitados. Diz que não foram consultados e querem que sua opinião seja respeitada. Ele diz que a exploração de gás xisto é muito poluidora e vai haver uma ‘invasão de gente’. Destacou que os índios não são contrários ao desenvolvimento, mas querem cautela. Segundo ele, no Vale do Javari vivem 23 povos isolados. São 16, segundo a FUNAI.

Franco afirmou que o problema que está surgindo “não é nosso [dos povos indígenas]. O governo está criando esse problema e depois vai fazer vista grossa”, referindo-se à ocupação das terras por não índios, degradação ambiental e até tráfico de madeira e drogas.

Raimundo Mean Mayuruna, presidente da Organização Geral dos Mayuruna, foi enfático: “Não queremos porcentagem de petróleo. Queremos viver com nossas famílias. Não compramos água, nem nada. Pegamos tudo na natureza. Agora, muitos rios já estão ficando poluídos. A gente não quer isso. Sem pensar nos povos indígenas e na natureza, não é desenvolvimento. Desenvolvimento é as pessoas com saúde, felizes”.

O representante do Povo Guarani Mbya, da Comissão Guarany Yvyrupá, Ilson Soares, disse que seu povo também não foi ouvido. Segundo ele, no estado do Paraná, os blocos leiloados estão sobrepostos a 13 terras em processo de demarcação. Soares recordou a época da construção da Hidrelétrica de Itaipú que, contou ele, expulsou e dispersou as comunidades indígenas que habitavam as terras às margens do rio Paraná.

O comportamento da maioria dos parlamentares e o conteúdo das proposições aprovadas pelo Congresso levou Rosane Kaingang, da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul) a desabafar: “Esta Casa não é mais a casa do povo. É a casa dos fazendeiros. Parece que estamos vivendo uma ditadura velada”. E completou dizendo que está cansada de dialogar sem que os problemas dos povos indígenas sejam resolvidos.

O presidente da CLP, deputado Lincoln Portela, comprometeu-se de chamar os povos do Vale do Javari para todas as audiências sobre o tema e, junto com a deputada Janete Capiberibe, coordenadora da subcomissão de Política Indigenista da CLP, manter o espaço para que todos os povos sejam ouvidos pelo parlamento.

CONT.



Leilão durou apenas 3 horas

A 12ª Rodada de Licitações da ANP, neste dia 28, ofertou 240 blocos terrestres de gás no Amazonas, Acre, Tocantins, Alagoas, Sergipe, Piauí, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão, Paraná e São Paulo, dos quais 72 foram vendidos, 49 para a Petrobrás. Em 3 horas, o Leilão arrecadou R\$ 165,9 milhões. Os blocos não leiloados poderão voltar em outras rodadas.

Em pelo menos quatro destas bacias – Acre-Madre de Dios (Acre e Amazonas), Paraná (Paraná e São Paulo), Parecis (Mato Grosso) e Paranaíba (Maranhão, Piauí e Tocantins) – os blocos, colidem com os limites de Terras Indígenas (TIs) ou estão a menos de 10 quilômetros delas e se sobrepõem a áreas com processos de regularização fundiária em curso, em fase de identificação ou correção de limites, para consolidar os limites das Terras Indígenas.

Texto:

Sizan Luis Esberci

Portaria 303/2012 da AGU: é hora de revogar!

SÍTIO CIMI, 28.11.2013

Em reunião na Secretaria Nacional de Articulação Social, da Secretaria Geral da Presidência da República, na manhã desta quinta-feira, 28, a coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), exigiu a revogação imediata da Portaria 303/2012.

Os representantes da APIB reafirmaram posição dos povos indígenas de que somente voltarão a participar de processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) após a oficialização da revogação da referida portaria.



Os povos indígenas romperam as conversações com o governo em torno da Convenção 169 em julho de 2012, quando o Executivo editou a Portaria 303/2012, por meio da Advocacia Geral da União.

Cabe consignar que o Supremo Tribunal Federal decidiu, em outubro de 2013, ao julgar os embargos de declaração do "Caso Raposa Serra do Sol", que as Condicionantes não são vinculantes e não servem de referência para as demais terras indígenas do Brasil. No entanto, o Advogado Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, insiste na vigência da Portaria 303/2012, o que, na prática, estabelecerá o caráter vinculante das mesmas já que os advogados da União seriam obrigados a adotá-las como regra geral.

A Portaria 303/2012 teria consequências dramáticas para a vida dos povos indígenas. De acordo com pesquisa feita pelo advogado e

assessor jurídico do Cimi, Luis Henrique Eloy, no Mato Grosso do Sul, estado onde os povos indígenas lutam para reconquistar suas terras a fim de superarem a situação de confinamento e extrema vulnerabilidade social, existem mais de 800 processos judiciais de cunho possessório que questionam procedimentos administrativos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

A edição da Portaria 303/2012 fragilizou a defesa do direito dos povos às suas terras tradicionais e sua implementação inviabilizará a atuação dos advogados da União em muitos desses processos, uma vez que eles serão obrigados a observar as ditas condicionantes indiscriminadamente. A desassistência jurídica decorrente poderá provocar decisões judiciais contrárias aos direitos dos povos relativamente às suas terras e, conseqüentemente, aos interesses da própria União neste e em outros estados brasileiros. Neste sentido, vale ressaltar que as terras indígenas são registradas em nome da União e ficam sob o usufruto dos povos.

É incompreensível e inaceitável que a presidenta Dilma continue dando aval a esta iniciativa da Advocacia Geral da União que atenta contra os interesses dos povos indígenas e do próprio Estado brasileiro. Portaria 303/2012: é hora de revogar!



Novas regras para demarcação de terras indígenas devem sair segunda-feira

SÍTIO DOURADOS AGORA, 29.11.2013

O Ministério da Justiça deve divulgar na próxima semana as novas instruções para o processo de demarcação de terras indígenas.

A minuta do documento será apresentada segunda-feira (2) a lideranças indígenas integrantes da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

O texto estabelece instruções para execução do procedimento administrativo de demarcação previsto no Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Na avaliação do Ministério da Justiça, que desde abril vem falando sobre a possibilidade de mudança, as normas vão trazer mais transparência para o processo e minimizar os conflitos entre índios e ocupantes das áreas reivindicadas como territórios tradicionais indígenas.

Uma das principais alterações previstas é que o Ministro da Justiça poderá determinar a instauração de procedimento de mediação em qualquer fase do processo de demarcação das terras, em busca de soluções pacíficas para os conflitos.

Outra proposta é que a Fundação Nacional do Índio (Funai) dê prioridade a processos de identificação e delimitação de terras indígenas onde existir situação de vulnerabilidade social dos índios.

Haverá também prioridade nos casos de inexistência de terra demarcada para a mesma comunidade ou etnia na região; quando houver previsão de empreendimento público de interesse da União na área reivindicada; estudo ou proposta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de criação de projetos de assentamento ou de reconhecimento de território quilombola na área reivindicada; ou quando houver estudo ou proposta de órgãos ambientais para criação de unidade de conservação ambiental na área reivindicada.

O texto também abre possibilidade de participação de membros da comunidade científica, de entidades civis e outros interessados no "acompanhamento do procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir o seu regular processamento".

Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), tais alterações não vão contribuir para resolver os conflitos em torno dos processos de demarcação, pois podem facilitar a ação de fazendeiros, por meio de suas associações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

"A mudança quer dar voz para aqueles que sempre se opõem ao reconhecimento das terras indígenas.

Isso vai fazer com que os processos nunca cheguem a uma conclusão. Por isso, repudiamos essa portaria", disse à Agência Brasil o coordenador da Apib, Lindomar Terena.

Além da possibilidade de participação de entidades civis, o texto traz para o processo de demarcação a participação de diferentes órgãos do governo federal, como os ministérios da Agricultura, das Cidades, de Minas e Energia e dos Transportes, e dos estados e municípios em que se localizem áreas em estudo para demarcação.

Para o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, a portaria cria mais obstáculos no processo, pois traz a possibilidade de participação de sujeitos diametralmente opostos à demarcação, criando uma celeuma no procedimento administrativo. "Em vez de resolver, vai perpetuar os conflitos", afirmou.

A reportagem da Agência Brasil entrou em contato com a Funai para comentar a proposta, mas, até o fechamento da reportagem, não obteve retorno. (Agência Brasil)

Governo tira poder da Funai em demarcação de terra
SÍTIO CONGRESSO EM FOCO, 29.11.2013

De acordo com proposta entregue pelo Ministério da Justiça à Câmara, outros órgãos federais, estaduais e municipais poderão interferir no processo de criação de reservas indígenas



Proposta é uma tentativa de reduzir o embate entre ruralistas, índios e governo

O Ministério da Justiça enviou ao Congresso Nacional uma minuta de portaria para reduzir os poderes da Fundação Nacional do Índio (Funai) na demarcação de terras indígenas. Hoje o órgão conduz todo o processo de análise das futuras áreas. Pela proposta, a Funai, que é subordinada ao ministério, terá de seguir critérios e responder questionamentos feitos por prefeituras, governos estaduais, comunidades tradicionais e órgãos federais ligados às áreas de agronegócio, energia, transporte e meio ambiente. A decisão do ministro da Justiça ainda poderá ser antecedida por audiências públicas e câmaras de conciliação para resolver conflitos entre índios e populações atingidas.

A minuta é uma tentativa de reduzir o embate entre ruralistas, índios e governo. Os parlamentares que representam o agronegócio têm maioria no Congresso e ameaçam aprovar a PEC 215, que repassa a deputados e senadores toda a responsabilidade na criação de terras indígenas. Cerca de 200 índios ocuparam o plenário da Câmara, em abril, para impedir a votação da proposta. Para frear a medida, o governo Dilma oferece, desde o primeiro semestre, a promessa de uma portaria para ampliar o debate sobre a criação de cada terra, antes restrito à Funai.

CONT.



Obras travadas

A medida não interessa só aos ruralistas, mas também ao próprio governo, que quer destravar obras de energia, como a Usina de Belo Monte, no Pará, e de transporte, consideradas importantes para fazer a economia voltar a crescer. A mudança também beneficia, indiretamente, as populações quilombolas. Em alguns lugares, como o Maranhão, elas estão em conflitos com índios e a Funai por causa da indefinição sobre o usufruto de determinadas áreas.

A minuta foi entregue ao presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), nesta quinta-feira (28). Segundo o presidente da Comissão da Amazônia, o ruralista Jerônimo Göergen (PP-RS), a bancada pretende mandar uma contraproposta ao Ministério da Justiça no final da semana que vem. Ele avaliou como positivas as mudanças sugeridas pelo Executivo. Mas quer ampliar o debate sobre o assunto com outros representantes do agronegócio no Congresso. Uma de suas propostas é permitir que terceiros acionem a Câmara de Mediação de Conflitos diretamente. Pela minuta, só a presidência da Funai pode fazer isso.

Passo a passo

A criação da terra indígena prevê que a Funai crie um grupo técnico de cinco servidores, preferencialmente do órgão, para estudar o assunto. Durante todo o processo, esse GT será acompanhado por representantes de prefeituras, estados e órgãos federais, como Presidência da República e ministérios da Agricultura, Meio Ambiente, Transportes e Minas e Energia. Eles participarão inclusive de reuniões e trabalho de campo. O grupo técnico deverá produzir um relatório de delimitação de área que procure “minimizar eventuais conflitos ou impactos, especialmente em relação a áreas urbanas, áreas ocupadas por comunidades tradicionais [quilombolas] e por agricultores familiares”, diz o texto.

O projeto de minuta prevê três momentos em que prefeituras, estados e órgãos eventualmente contrários à criação da reserva poderão interferir no processo: quando o grupo concluir o relatório de delimitação; na hipótese de a Funai acionar a Câmara de Mediação, ou após a remessa do relatório ao Ministério da Justiça. Nessa última fase, as manifestações deverão ser analisadas por dois órgãos do ministério e pelo próprio ministro que, se não se sentir seguro, poderá recorrer a uma audiência pública.

Depois dessa etapa, caberá ao ministro da Justiça decidir se aprova, rejeita ou determina mais diligências à Funai para a criação da terra. Após a aprovação do ministro, o processo segue para a Presidência da República homologar a área.

Mais condições

Jerônimo Göergen comemorou o fato de prefeituras e estados poderem participar do processo de demarcação. Essa foi uma das condições que o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu ao julgar válida a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Na próxima semana, o deputado conversará com o advogado-geral da União, Luís Adams, sobre a reedição

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

de uma portaria que reproduz todas as 19 condições determinadas pelo STF para a demarcação de terras, como impedir o aumento das áreas. O deputado quer que mais condições – criticadas pelos indígenas – sejam incluídas na futura portaria do Ministério da Justiça.

Ele garante que seu objetivo não é limitar as terras para os índios. “A ideia é evitar injustiças. O índio não precisa de mais terra, mas de política indigenista e proteção para que sua cultura e seu modo de vida sejam preservados”, afirma Göergen.

Indígena de 73 anos é encontrada morta na Aldeia Bororó

SÍTIO MIDIAMAX, 29.11.2013

A indígena Helena Gonçalves de 73 anos, foi encontrada morta no início da tarde de ontem (28) na Aldeia Bororó em Dourados – a 225 km de Campo Grande.

De acordo com informações dos policiais da Força Nacional, a idosa foi localizada caída próxima a casa 820 e não possuía nenhuma marca de espancamento, o que poderia caracterizar um homicídio.

Segundo a família de Helena, ela saiu de casa ontem, por volta das 16h30, e não voltou.

Lideranças indígenas disseram a reportagem que a casa é ponto de encontro dos indígenas, para ingerirem bebida alcoólica e esse não é o primeiro caso que acontece.

O corpo de Helena foi encaminhado para o IML (Instituto Médico Legal) para que a perícia possa descobrir as causas da morte.



Indígena foi encontrada morta próximo a uma casa



Força-tarefa do MPF/AP vai agilizar processos de Quilombola
SÍTIO AMAZÔNIA, 29.11.2013

Proposta foi aceita pelos órgãos participantes de audiência pública promovida pelo MPF/AP

O Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) propôs a criação de força-tarefa para agilizar os processos referentes a terras quilombolas pendentes de regularização no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Os órgãos participantes da audiência pública para discutir o tema aceitaram a proposta. O evento realizado na manhã desta terça-feira, 26 de novembro, contou com a presença de remanescentes de quilombo de diversas localidades do estado. Cerca de 200 pessoas lotaram o auditório da Advocacia Geral da União.

Durante a audiência, mais de vinte representantes das comunidades fizeram perguntas e trouxeram informações ao MPF/AP e órgãos presentes no evento. "A Lagoa dos Índios foi a primeira a iniciar o processo de reconhecimento. Os moradores da minha comunidade não podem pegar peixe, pegar lenha porque a terra foi tirada deles. Por que essa demora em titular uma terra?", questionou Jorge Barbosa, membro da comunidade. "O papel do MPF é dar voz às comunidades na discussão das políticas públicas e cobrar dos órgãos a execução dessas políticas", explicou o procurador da República Felipe Moura Palha.

O procurador da República Camões Boaventura aponta como principais causas da demora na regularização fundiária quilombola "carência de recursos humanos e orçamentários, falta de vontade política, influência de interesses econômicos externos e, infelizmente, o racismo institucional". Embora o MPF/AP reconheça essas dificuldades, considera inadmissível que um direito básico das comunidades tradicionais venha sendo reiteradamente desrespeitado.

Na ocasião, aconteceu a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real Coletivo de Uso Gratuito celebrado entre a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Incra e Associação Quilombola São Raimundo do Pirativa. O documento transfere para a comunidade a posse da terra anteriormente pertencente à União.

Além do MPF/AP, representantes da SPU, Defensoria Pública da União (DPU), Ibama, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Incra, Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (Imap) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) integraram a mesa.

Fonte: MPF – Ministério Público Federal

Deputados aprovam requerimentos em prol dos índios xacriabá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.11.2013

Alto índice de suicídios de jovens na tribo, em São João das Missões, preocupa a Comissão de Direitos Humanos



As lideranças indígenas não puderam comparecer porque tiveram reunião de emergência no MPF de Governador Valadares

Assembleia de Minas – Preocupados com os altos índices de suicídio cometidos por jovens indígenas da etnia xacriabá, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou uma audiência pública nesta quinta-feira (28/11/13) para discutir e tentar obter soluções para o problema. As lideranças indígenas convidadas não puderam comparecer porque tiveram que participar de uma reunião de emergência no Ministério Público Federal (MPF) em Governador Valadares (Vale do Rio Doce).

Mesmo assim, o presidente da comissão, deputado Durval Ângelo (PT), considerou a reunião produtiva, diante da aprovação de requerimentos de providências às autoridades federais e estaduais para a criação e expansão de programas assistenciais voltados para a saúde e valorização cultural da comunidade indígena, bem como para a rapidez na ampliação de seu território.

De acordo com o autor do requerimento para a reunião, deputado Arlen Santiago (PTB), nos últimos anos foram registrados 15 suicídios na tribo xacriabá, que ocupa uma área de 50 mil hectares demarcada em São João das Missões (Norte de Minas). “É uma situação com a qual não podemos conviver”, disse o parlamentar. Ele lembrou que, em 1987, época da demarcação pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a população indígena era de 4 mil pessoas e hoje chega a aproximadamente 10 mil.

Um dos possíveis motivos para o alto índice de suicídios, segundo o deputado Arlen Santiago, é exatamente a limitação territorial. “Eles já não conseguem produzir, estão sem espaço para plantar sua própria comida”, disse. A ampliação da área demarcada é uma reivindicação antiga dos xacriabás. Em 2011, um grupo de estudos criado pela Funai concluiu que os índios têm direito a uma reserva com 100 hectares. Os 18 fazendeiros que se encontram no local seriam indenizados somente pelas benfeitorias implementadas, e não pelas terras, o que tem gerado conflitos e ameaças contra integrantes da tribo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

O deputado Durval Ângelo citou também que os suicídios podem estar ligados à crescente perda da identidade cultural dos indígenas. "Por um lado, eles não podem assumir plenamente sua condição indígena e, por outro, não são vistos como os brancos", afirmou. O deputado lembrou, ainda, que a demarcação correta das terras é muito importante para a cultura e a religiosidade dos índios, que têm forte ligação espiritual com seus antepassados, enterrados naquele local.

Dilma intervém para evitar guerra envolvendo índios e fazendeiros no MS

SÍTIO LINHASLIVRES.WORDPRESS, 29.11.2013

Dilma mandou representantes para dar explicações a Dom Dimas Lara Barbosa



Com assessor. Dilma Rousseff mandou representantes para dar explicações a Dom Dimas Lara Barbosa

A um dia do prazo dado por produtores rurais e indígenas para resolução dos conflitos agrários em Mato Grosso do Sul, a presidente da República Dilma Rousseff resolveu intervir e encaminhou dois representantes na tentativa de apaziguar os ânimos entre indígenas e donos de fazendas, segundo reportagem na edição desta sexta-feira (28) do jornal Correio do Estado.

O assessor especial do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, e o coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios da Secretaria-Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, reuniram-se ontem com o governador André Puccinelli e com o arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas Lara Barbosa, além de representantes de indígenas e de fazendeiros. No fim da tarde, eles seguiram para a Aldeia Buriti, em Sidrolândia.

A notícia transmitida pelos emissários de Dilma Rousseff é que o mapeamento das benfeitorias feitas pelos proprietários das 29 fazendas localizadas na Terra Indígena Buriti foi concluído pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer). Agora, depende apenas da avaliação final, que será feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). É esta avaliação final que vai estabelecer o preço de cada uma das propriedades e respectivas benfeitorias.

Eduardo Miranda e Patrícia Belarmino / Correio do Estado



Julgamento da titulação de territórios quilombolas é iniciado

SÍTIO APP SINDICATO, 29.11.2013

Com 6 dos 15 votos do TRF4 a favor do Decreto de territórios quilombolas, julgamento é suspenso até dezembro

Por volta das 18h30 desta quinta-feira (28), desembargadores do Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, suspenderam a sessão de julgamento da constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação dos territórios quilombolas. O julgamento terá continuidades no dia 19 de dezembro, quando deve sair a decisão final sobre o tema.

Até agora, oito dos 15 desembargadores pronunciaram voto, configurando resultado parcial de 6X2 pela constitucionalidade do Decreto. O quadro é favorável à continuidade da atual política de titulação dos territórios quilombolas no Brasil, e em especial ao processo de titulação da comunidade Paiol de Telha, localizada no município de Reserva do Iguaçu, região Centro do Paraná.

A ação em julgamento foi movida pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, que questiona o processo administrativo do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Paraná – INCRA para a titulação da terra da comunidade quilombola Paiol de Telha.

O coordenador e assessor jurídico da Terra de Direitos, Fernando Prioste, fez a defesa da comunidade Paiol de Telha no julgamento. Cerca de 120 integrantes da comunidade acompanharam a sessão no TRF4, em Porto Alegre. A comunidade integra a Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (Fecoqui/PR), que compõe a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq). Organizações quilombolas do Rio Grande Sul também acompanharão o julgamento.

Direito ao território quilombola em cheque - A Cooperativa Agrária Agroindustrial utiliza como argumento contra a titulação das terras quilombolas a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, ajuizada pelo DEM em 2004, contra o Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas. A ADI teve o primeiro julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, quando o Ministro Relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, por isso não é possível afirmar a posição do STF acerca do tema.

Neste contexto de tramitação da ADI, o julgamento do caso Paiol de Telha ganha uma dimensão nacional. Ao julgar este caso, desembargadores federais do TRF4 consolidarão uma

CONT.



posição acerca do tema, o que resultará em influência direta nas 144 comunidades quilombolas da região Sul e também na decisão de Tribunais de outras regiões do país. Caso a decisão seja favorável às famílias, poderá significar avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direitos humanos dos povos tradicionais quilombolas, além de influenciar positivamente o julgamento da ADI 3239.

Constituição Federal - A titulação das terras quilombolas está prevista na Constituição Federal de 1988, no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Para o coordenador da Terra de Direitos e assessor jurídico popular do caso, Fernando Prioste, apesar de previsto há 25 anos, o direito constitucional de acesso à terra para as comunidades quilombolas não é aplicado na prática.

Na avaliação de Prioste, apenas uma decisão que confirme a constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03 é capaz de dar concretude real à Constituição. "Declarar inconstitucional o decreto mostrará à sociedade que determinados direitos constitucionalmente assegurados não se aplicarão por conveniência de uma parcela pequena da população, contrária aos direitos das comunidades quilombolas". Para o advogado, o julgamento coloca em jogo a "força da Constituição Federal".

[:: A luta e a resistência da Comunidade Invernada Paiol de Telha](#)

Fonte: Terra de Direitos



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

A luta e a resistência da Comunidade Invernada Paiol de Telha

SÍTIO APP SINDICATO, 29.11.2013

Há anos lutando pelo direito às terras herdadas de seus antepassados, a comunidade anseia por justiça no julgamento do TRF4

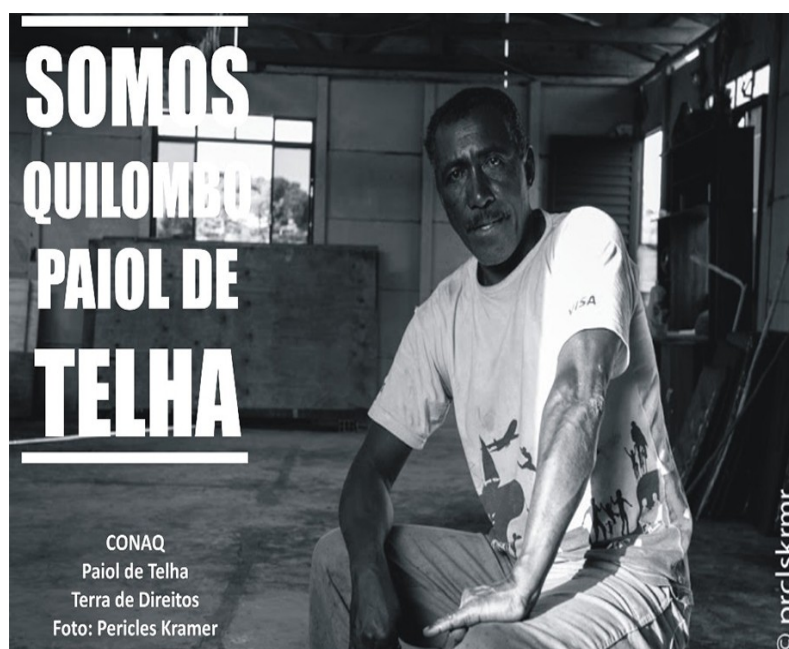


Foto de divulgação da campanha de apoio à comunidade Paiol de Telha

No mês que marca a luta e a resistência do povo negro no Brasil, com o Dia da Consciência Negra, o Tribunal Regional Federal da Quarta Região – TRF4 irá julgar o processo que envolve a titulação das terras da comunidade quilombola Paiol de Telha. O julgamento será no dia 28 de novembro, em Porto Alegre/RS.

Localizada no município de Guarapuava, no interior do Estado, a Comunidade Invernada Paiol de Telha há anos luta pelo direito às terras da fazenda Capão Grande, conhecida como “Fundão”, estas foram deixadas como herança para os escravos e libertos residentes na fazenda. Assim determinou em testamento, Dona Baldina de Francisca de Siqueira, em 1860, entretanto, o processo de expropriação das terras da comunidade começou logo após a sua morte, culminando com a expulsão total dos herdeiros na década de 1970.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 217/ 2013

Brasília, 29 de novembro de 2013.

Atualmente grande parte da área está sob posse de colonos europeus ou descendentes cooperados da Cooperativa Agrária Entre Rios, que produz commodities para exportação. Enquanto a comunidade Paiol de Telha vive em condições precárias em assentamentos nos arredores da fazenda, do município de Guarapuava e Reserva do Iguaçu.

Desde 2005 a comunidade luta para retomar a área através do processo de titulação nos marcos do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas, prevista no art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, mas também alvo de questionamento de constitucionalidade pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239 no Supremo Tribunal Federal.

A decisão do TRF4 influenciara também outros processos pelo país, já que uma posição será consolidada sobre os territórios quilombolas da região Sul. O que culminará na mesma ameaça de deslegitimação identitária da comunidade quilombola auto-indentificada, mas se a decisão for favorável às famílias, poderá significar avanço no processo histórico de afirmação e conquista de direitos humanos dos povos tradicionais quilombolas do Brasil.

A APP-Sindicato participa da luta da Comunidade Invernada Paiol de Terra desde a década de 90, quando produziu um documentário juntamente com o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) sobre o Quilombo com o título "Comunidade Negra Invernada Paiol de Telha" e que pode ser assistido no site da APP e também no Youtube.

Campanha - Participe da campanha Somos Todos Paiol de Telha e assine o Abaixo-assinado de apoio à comunidade e pela garantia da titulação dos territórios quilombolas. Clique aqui, assine e divulgue a petição.

Matéria publicada na edição 186 do jornal 30 de Agosto

Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos promove encontro de quilombos

SÍTIO DIÁRIO DO VALE, 29.11.2013



Quilombos: Grupos farão apresentações de samba de roda, capoeira e jongo

As celebrações pelo mês da Consciência Negra continuam neste final de semana no Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Amanhã, dia 30, a partir das 11h, o Parque promoverá o encontro de três quilombos da região: Jongo da Marambaia, de Mangaratiba, Quilombo Campinho da Independência, de Paraty, e o Quilombo Santa Rita Bracuí, de Angra dos Reis. Eles farão apresentações de samba de roda, capoeira e jongo.

A programação começará com uma palestra promovida por Barbara Guerra, uma das integrantes do Jongo da Marambaia, que falará sobre a história do jongo no Vale do Café. Na hora do almoço, o Parque oferecerá, gratuitamente, uma feijoada a todo o público presente. Na ocasião, a secretaria de Educação de Quatis irá levar um grupo de 50 docentes que participam do programa Forma Campo. Trata-se de um programa de formação continuada que aborda questões relativas a educação do campo e educação quilombola.

O Encontro de Quilombos no Parque de São João Marcos é inteiramente gratuito e aberto ao público.

Serviço

O Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos fica na região do Vale do Paraíba, às margens da antiga Estrada Imperial que ligava Mangaratiba à Minas Gerais, no município fluminense de Rio Claro, na estrada RJ 149 (Rio Claro - Mangaratiba), Km 20 Rio Claro - RJ.

Na véspera do prazo final, Força Nacional intervém em conflito indígena
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 26.11.2013



Força Nacional chegou em junho para atuar no município de Sidrolândia.(Foto: Arquivo)

A pedido da Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança vai intervir para evitar novos conflitos entre produtores rurais e índios em Mato Grosso do Sul. O objetivo é evitar o acirramento dos ânimos com o fim do prazo para apresentar uma solução para o conflito em Sidrolândia, onde a União se comprometeu a comprar 15 mil hectares para ampliar a Reserva Buriti, de 2 mil para 17 mil hectares.

Os policiais da Força vão atuar por 90 dias em Mato Grosso do Sul para prevenção e repressão a conflitos agrários, prevenção aos crimes contra as comunidades indígenas e contra lei de segurança nacional.

De acordo com a portaria do Ministério da Justiça, publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União, a decisão leva em consideração pedido do diretor-geral da Polícia Federal.

Segundo o documento assinado pelo ministro José Eduardo Cardozo, o número de policiais e as ações a serem desenvolvidas obedecerão ao planejamento definido pelos envolvidos na operação.

O conflito no campo - que já faz parte da história de Mato Grosso do Sul e teve mais um capítulo trágico em maio, quando a desocupação da fazenda Buriti, em Sidrolândia, resultou na morte de um índio terena -exigiu por diversas vezes o reforço policial da tropa federal. O efetivo já atuou na região Sul e também em Sidrolândia.

CONT.



Com a morte na reintegração de posse, o governo federal enviou emissários do primeiro escalão para negociar a paz no campo. Reuniões com fazendeiros e índios foram realizadas em Campo Grande e Brasília. Surgiram propostas como indenização por TDA (Título da Dívida Agrária), porém, sem proposta definitiva os ânimos seguiram exaltados, com novas invasões e declarações sobre o risco de derramar sangue.

De forma paralela, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) elaborou relatório apontado soluções jurídicas e um cronograma de resolução dos conflitos. Dia 30, amanhã, foi definido como data limite para uma solução pacífica. No entanto, ontem, representantes do Governo federal já esticaram o prazo para 11 de dezembro, segundo o governador André Puccinelli (PMDB).

A expectativa é de que o valor mínimo para comprar a área em Sidrolândia fique em torno de R\$ 150 milhões. As equipes da Funai, Agraer e Secretaria do Patrimônio da União concluíram o levantamento. No entanto, a apresentação depende de uma avaliação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

No início do mês, segundo a Agência Brasil, o representante da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Jonatan Pereira Barbosa, alertou senadores sobre o risco de um "derramamento de sangue" se a União não apresentar uma solução para a questão fundiária dentro do prazo.

Na quinta-feira, vieram ao Estado o assessor direto do ministro da Justiça, Marcelo Veiga, e o titular da Secretaria Nacional de Articulação Social, Nilton Luiz Godoy Tubino. O governo do Estado calcula que as indenizações por terra custem entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão.